

EDITAL N. 002/2008, de 19 de março de 2008.

A COMISSÃO EXAMINADORA DO XXVIII Concurso Público para Juiz de Direito Substituto da carreira da Magistratura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas no artigo 11 da Resolução n. 540, de 23 de janeiro de 2008, publicada no D.J. n. 1662, de 31 de janeiro 2008.

CONSIDERANDO a decisão liminar do Conselho Nacional de Justiça, exarada no Procedimento de Controle Administrativo n. 20081000000586-6, a qual determina a suspensão da exigência contida no item 3.6. do Edital n. 001/2008, de 22 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o requisito básico para investidura no cargo de juiz substituto “ter, no mínimo, vinte e três anos e, no máximo quarenta e cinco anos de idade, na data de encerramento da inscrição definitiva;”

CONSIDERANDO, ainda, que a r. Decisão determina a retificação do Edital de abertura do concurso e a prorrogação do prazo de inscrições por dezoito dias, a partir do dia 20 de março, a fim de que se possibilite o acesso às inscrições de candidatos eventualmente inibidos em virtude da limitação de idade acima descrita;

CONSIDERANDO, outrossim, necessidade de reordenar o conteúdo programático constante no item 21 do Edital n. 001/2008, de 25 de fevereiro de 2008, visando alcançar maior detalhamento e sistematização aos pontos discriminados no Edital de Abertura do concurso e a exclusão de legislação revogada.

R E S O L V E :

Art. 1º. Retificar o Edital n. 001/2008, de 22 de fevereiro de 2008, publicado no DJ n. 1677, de 25 de fevereiro de 2008, que tornou pública a realização do XXVIII Concurso Público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto da carreira da Magistratura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que passa a vigorar de acordo com o seguinte regulamento.

Campo Grande, MS, 19 de março de 2008.

Desembargador Ildeu de Souza Campos
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso

Desembargador Gilberto da Silva Castro
Representante do Tribunal Pleno

Desembargador Oswaldo Rodrigues de Melo
Representante do Conselho Superior da Magistratura

Doutor Ary Raghiant Neto
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

REGULAMENTO DO XXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pela Fundação Getúlio Vargas/FGV, por delegação e supervisão da Comissão do Concurso.

1.2 O concurso destina-se a selecionar candidatos para o provimento de **22 vagas** no cargo de Juiz de Direito Substituto da carreira da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo 19 (dezenove) vagas para concorrência ampla e 3 (três) vagas para candidatos portadores de deficiência, nos termos do subitem 4.1 e seguintes deste Edital.

1.2.1 A remuneração do cargo de Juiz de Direito Substituto é de R\$ 18.957,64 (dezoito mil, novecentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

1.3 A seleção para o cargo de Juiz de Direito Substituto da carreira da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul, constante deste edital, será composta de três etapas, conforme descrito a seguir, bem como a avaliação dos títulos:

a) **primeira etapa** – prova objetiva de Conhecimentos Gerais de Direito, de caráter eliminatório e classificatório;

b) **segunda etapa** – provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório;

c) **terceira etapa** – prova oral, de caráter eliminatório e classificatório;

d) **avaliação de títulos** de caráter unicamente classificatório;

1.3.1 Todas as etapas do concurso serão realizadas na cidade de Campo Grande/Mato Grosso do Sul.

2 DA COMISSÃO DO CONCURSO

2.1 A Comissão Examinadora do Concurso é presidida pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador **Ildeu de Souza Campos**, e formada pelo o Excelentíssimo Senhor Desembargador **Gilberto da Silva Castro**, como representante do Tribunal Pleno, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **Oswaldo Rodrigues de Melo**, representante do Conselho Superior da Magistratura, e o Ilustríssimo Senhor Doutor **Ary Raghiant Neto**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Examinadora do XXVIII Concurso Público de Provas e de Títulos para o cargo de Juiz Substituto da carreira da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul. Funcionam como suplente do representante do Tribunal Pleno o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Alfeu Puccinelli, como suplente do representante do Conselho Superior da Magistratura o Excelentíssimo Desembargador Hamilton Carli, e como suplente do representante da OAB a Ilustríssima Senhora Doutora Mônica Barros Reis. (Portaria n. 58, de 11 de fevereiro de 2008).

2.1.1 O concurso público estará sob a supervisão da Comissão do Concurso do TJ/MS, com a participação, em todas as etapas, de representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

2.1.2 A Comissão do Concurso deliberará por maioria de seus membros, cabendo, na ausência de seu Presidente, ao Desembargador mais antigo presidi-la.

2.1.3 O Presidente da Comissão do Concurso designará servidores do Tribunal para auxiliarem nos trabalhos relativos ao Concurso.

2.1.4 A Comissão do Concurso outorgará ao candidato o direito de submeter-se à prova preambular, após o pagamento da taxa de inscrição.

2.1.5 A Comissão do Concurso convocará os candidatos aprovados na prova de seleção, até o quantitativo estabelecido no item 13.2, para requererem a inscrição

definitiva, e, em caráter reservado, após a prova discursiva, investigará a vida pregressa a fim de apurar se eles preenchem as condições indispensáveis ao exercício da Magistratura.

2.1.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Concurso juntamente com a Fundação Getúlio Vargas - FGV.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 ter sido aprovado no concurso público.

3.2 ser brasileiro e achar-se em gozo e exercício de seus direitos civis e políticos;

3.3 estar quite com o serviço militar;

3.4 possuir diploma registrado de bacharel em Direito por faculdade oficial ou reconhecida;

3.5 haver exercido, no mínimo, como bacharel em direito, três anos de atividade jurídica, assim considerada aquela definida neste Edital, posterior à obtenção do grau de bacharel em Direito;

3.6 não registrar antecedentes criminais;

3.7 estar em perfeita saúde física e mental ou, se portador de deficiência, cumprir os requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital.

3.8 Os candidatos sujeitar-se-ão, ainda, à investigação social e à entrevista para identificação das suas qualidades morais, sociais, educacionais e culturais.

3.9 O concurso de títulos é exclusivamente classificatório e será processado com base em elementos apresentados pelo candidato.

3.10 O prazo de validade do concurso será de até dois anos, contados da data da homologação do resultado final, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal de Justiça.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 Reservar-se-á às pessoas portadoras de deficiência 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas no edital do concurso, arredondando para o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual. Sem prejuízo do disposto no subitem 4.1.11, a proporcionalidade será processada na época das nomeações, quando, levando-se em conta o número de candidatos aprovados, será apurada a quantidade de vagas efetivamente existentes dentre as disponibilizadas no edital.

4.1.1 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, à exceção do deficiente ali tratado no inciso IV do mesmo artigo, tendo em vista a total incompatibilidade daquela espécie para o exercício da magistratura, atividade típica de Estado que requer plena capacidade intelectual e mental;

4.1.2 O candidato que pretender concorrer às vagas aqui reservadas deverá declarar-se, no ato da inscrição preliminar, sob as penas da lei, pessoa portadora de deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, juntando no seu requerimento laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com expressa referência ao Código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à provável causa da deficiência;

4.1.3 O candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado para se submeter às provas deverá requerê-lo por escrito à Comissão do Concurso, no ato da inscrição preliminar, indicando para tanto quais as providências especiais de que carece;

4.1.4 Será processada como inscrição de candidato normal a requerida por aquele que invoque a condição de deficiente, mas deixe de atendê-la em seus exatos termos;

4.1.5 O candidato portador de deficiência aprovado na prova de seleção submeter-se-á, em dia e hora, sempre antes da realização das provas escritas, à avaliação quanto à existência e compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função judicante;

4.1.6 A avaliação prevista no parágrafo anterior será realizada por uma Junta Médica, composta de três médicos, sendo dois deles especialistas na área da deficiência apontada pelo candidato, bem assim como por uma Comissão Especial composta por três desembargadores, indicados pelo Tribunal Pleno, presidida pelo mais antigo;

4.1.7 Caberá à Junta Médica examinar o candidato quanto aos aspectos clínicos de sua deficiência. À comissão Especial composta pelos três desembargadores caberá examinar o candidato sob o aspecto de sua aptidão funcional para o exercício das funções correspondentes à magistratura, tais como o ato de despachar, ouvir testemunhas, realizar uma audiência de conciliação ou de instrução e julgamento, fazer uma inspeção judicial, sentenciar e outros atos análogos inerentes à atividade do magistrado;

4.1.8 Até cinco dias antes do início das provas discursivas a Junta Médica e a Comissão Especial deverão apresentar laudo conclusivo, cada um por si, indicando a existência, ou não, de compatibilidade da deficiência e aptidão do candidato para o exercício, ou não, das funções inerentes à judicatura, em toda sua extensão;

4.1.9 Se os laudos concluírem pela qualificação do candidato como deficiente, mas apto para o desempenho do cargo, o candidato continuará a concorrer nas etapas seguintes do concurso, nas vagas reservadas;

4.1.10 Concluindo quaisquer dos laudos pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência, passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas;

4.1.11. O candidato portador de deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas, utilizando-se das vagas reservadas somente quando, tendo sido aprovado, for insuficiente a classificação obtida no quadro geral de candidatos para habilitá-lo à nomeação;

4.1.12. Os candidatos portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, avaliação, duração e local de aplicação das provas, ressalvada, quanto à forma de prestação das provas, a deliberação da Comissão do Concurso ao requerimento previsto no subitem 4.1.3;

4.1.13. Não preenchidas as vagas reservadas por candidatos portadores de deficiência, serão elas então ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação no concurso;

4.1.14. A classificação de candidatos portadores de deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

5 DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 As inscrições preliminares para o Concurso de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul serão recebidas unicamente **via Internet** pelos sites: **<http://www.concurso.fgv.br/tjms08>** ou **www.tj.ms.gov.br**

a) Período de Inscrição: **3 de março a 7 de abril de 2008.**

b) Valor da taxa de inscrição: R\$ 200,00 (duzentos reais)

c) Horário de recebimento da inscrição: no período entre **9 horas do dia 03 de março e 20 horas do dia 7 de abril de 2008.**

d) O interessado deverá requerer a inscrição preliminar, preenchendo a ficha de inscrição e imprimir, em sua própria impressora, o boleto bancário para o pagamento da taxa de inscrição, até o último dia do prazo, observado o horário bancário.

5.2 As inscrições somente serão processadas após o recolhimento da taxa de inscrição.

5.3 O comprovante de inscrição preliminar do candidato estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.concurso.fgv.br/tjms08> e www.tj.ms.gov.br após complementada a inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato a obtenção desse documento.

5.4 A FGV não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.5 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição preliminar não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração.

5.6 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

5.7 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado quando solicitado.

5.8 Não serão aceitas inscrições via fax, via postal e/ou correio eletrônico.

5.9 O candidato, portador de necessidades especiais ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição preliminar via Internet, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **31 de março de 2008**, impreterivelmente, via **SEDEX**, para: **FGV – CONCURSO TJ/MS, CAIXA POSTAL 9018 – RIO DE JANEIRO - RJ – CEP 22270 - 970**, laudo médico original ou cópia simples que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior examinados pela Comissão.

5.10 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar, ainda, um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.11 A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.12 A não-solicitação de condições especiais no ato de inscrição implica a sua não-concessão no dia de realização das provas.

6 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6. Serão aplicadas prova objetiva, provas discursivas, abrangendo os objetos de avaliação (habilidades e conhecimentos) constantes deste edital, e, ainda, prova oral e avaliação de títulos, conforme o quadro a seguir.

ETAPA	PROVAS/TIPO	ÁREAS DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	CARÁTER
1ª ETAPA	Prova Objetiva	Língua Portuguesa Direito Constitucional Direito Administrativo Direito Eleitoral Direito Penal Direito Processual Penal Direito Civil Direito Processual Civil Direito Empresarial Direito Tributário Direito Ambiental Direito do Consumidor Interesse Difusos e Coletivos Juizados Especiais	100	Eliminatório e Classificatório
2ª ETAPA	Prova Discursiva I	Direito Constitucional Direito Administrativo Direito Civil Direito Processual Civil, Direito Empresarial Direito Tributário Juizado Especial Cível	-	Eliminatório e Classificatório
	Prova Discursiva II	Direito Penal Direito Processual Penal Direito Eleitoral Direito Ambiental Direito do Consumidor Interesse Difusos e Coletivos Juizados Especiais Criminal	-	Eliminatório e Classificatório
	Prova Discursiva III	Sentença Penal ou Cível	-	Eliminatório e Classificatório
3ª ETAPA	Prova Oral	Direito Civil Direito Processual Civil Direito Penal Direito Processual Penal Direito Constitucional Direito Empresarial Direito Administrativo Direito Tributário	-	Eliminatório e Classificatório
	Avaliação de Títulos	-	-	Classificatório

6.2 A prova objetiva terá a duração de **5 horas** e será aplicada no dia **4 de maio de 2008, com início às 13:00 horas**.

6.3 Os locais e horário de realização da prova objetiva serão publicados no Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, afixados no TJ/MS e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos <http://www.concurso.fgv.br/tjms08> e www.tj.ms.gov.br. É responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

6.4 A FGV poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal, **via e-mail**, dirigida ao candidato, informando o local e o horário de realização da prova objetiva.

6.5 A FGV não se responsabiliza pela comunicação extraviada ou por qualquer motivo não recebida, obrigando-se o candidato a observar o edital publicado no Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme o disposto no subitem 6.3.

6.6 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, de locais e de horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 6.3 deste edital.

6.7 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de comprovante de inscrição preliminar e do documento de identidade original.

6.8 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

6.9 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do concurso público.

6.10 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora do espaço físico predeterminados em edital ou em comunicado.

6.11 Não será permitida, durante a realização da prova objetiva e das provas discursivas comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, à exceção das provas discursivas, durante as quais o candidato poderá consultar exclusivamente o texto da legislação, vedada a utilização de publicação que contenha anotações ou comentários. A desobediência a essas exigências implicará a imediata eliminação do candidato.

6.12 Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer com armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, relógio do tipo data bank, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, etc).

6.13 Não haverá segunda chamada para as provas. O não-comparecimento a estas implicará a eliminação automática do candidato.

6.14 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização:

- a) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- b) utilizar-se de máquinas de calcular e/ou equipamento similar e/ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando telefone celular, gravador, receptor, pager, notebook e/ou equipamento similar;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio, que não o permitido;

- f) recusar-se a entregar o material das provas objetiva e discursivas ao término do tempo destinado para a sua realização;
 - g) afastar-se da sala, durante a realização das provas, sem o acompanhamento de fiscal;
 - h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou as folhas de textos definitivos;
 - i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas, nas folhas de textos definitivos e/ou na folha de rascunho;
 - j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público.
- 6.15 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.
- 6.16 Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.
- 6.17 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

7. DA PROVA OBJETIVA

- 7.1 O candidato receberá um caderno de prova contendo 100 questões objetivas de múltipla escolha, valendo 1 (um) ponto cada questão, com 5 alternativas (A, B, C, D e E), sendo que apenas uma das alternativas é a resposta correta.
- 7.2 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- 7.3 O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas.
- 7.4 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas, levando o caderno de provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
- 7.5 Será eliminado do concurso o candidato que não alcançar o valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada prova, bem como, os que não se enquadrarem nos critérios estabelecidos nos subitens 13.2 e 13.3, deste edital.

8 DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

- 8.1 O candidato classificado na prova objetiva será convocado por edital para, no prazo de dez dias, requerer sua inscrição definitiva a fim de participar das etapas seguintes do concurso, devendo, para tanto, encaminhar via **SEDEX**, para: **FGV – CONCURSO TJ/MS, CAIXA POSTAL 9018 – RIO DE JANEIRO - RJ – CEP 22270 – 970** a documentação referida no subitem 8.2 deste edital.
- 8.2 O requerimento de inscrição definitiva, assinado pelo candidato ou por procurador com autorização expressa para requerê-la, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - cópia do documento de identidade expedido por órgão de identificação dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios, ou pela Ordem dos Advogados do Brasil, autenticado;
- II - duas fotos 3x4 recentes;

- III - cópia autenticada do diploma registrado de bacharel em Direito;
- IV - prova de estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante certidão da zona eleitoral em que estiver inscrito;
- V - prova de estar em dia com as obrigações do serviço militar, se o candidato for do sexo masculino;
- VI - certidão do órgão disciplinar a que estiver sujeito o requerente, comprovando não estar sendo processado, nem ter sido punido no exercício da profissão, de cargo ou de função;
- VII - certidão dos distribuidores criminais das Justiças Estadual, inclusive a Militar, Federal, Militar Federal e Eleitoral, referentes aos lugares em que haja residido ou atuado nos últimos dez anos;
- VIII - prova de que não tem título protestado, não sofreu execução nem responde a ações cíveis desabonadoras;
- IX - declaração de que não responde a inquérito policial, Estadual, Federal ou Militar, de que não fez transação em juizado especial e de que não teve nem tem contra si, em curso, ação penal por crime de qualquer natureza;
- X - declaração de que conhece as prescrições do presente regulamento e do Edital do concurso e se obriga a respeitá-las;
- XI - relação de, no mínimo, dez autoridades, sendo cinco judiciárias, com indicação de seus endereços atualizados e completos, que possam fornecer informações sobre o candidato;
- XII - *curriculum vitae* detalhado e rigorosamente cronológico, com indicação dos lugares em que teve residência nos últimos dez anos, com exata indicação dos períodos e dos locais de atuação como advogado, magistrado, membro do Ministério Público, da Defensoria Pública ou Delegado de Polícia, bem como empregos particulares e outras funções públicas exercidas, nominando as principais autoridades com as quais tenha servido ou atuado;
- XIII - comprovação de que exerceu, no mínimo, três anos de atividade jurídica.

8.2.1 A atividade jurídica exigida no inciso XIII deste item será aquela praticada pelo candidato tão-somente após a obtenção do grau de bacharel em direito, vedada a contagem do tempo de estágio acadêmico, de horas-aula em Cursos da Escola Superior da Magistratura, do Ministério Público ou similares, bem como o exercício de cargos, empregos ou funções que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, ou qualquer outra atividade, anteriores à colação de grau de bacharel em direito.

8.2.2 Serão admitidos no cômputo do período de atividade jurídica praticada após a obtenção do grau de bacharel em direito os cursos de pós-graduação na área jurídica reconhecidos pelas Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados de que tratam o artigo 105, parágrafo único, I, e o artigo 111-A, parágrafo 2º, I, da Constituição Federal, ou pelo Ministério da Educação, e ainda os cursos de formação aplicados por Escolas Superiores da Magistratura, desde que integralmente concluídos com aprovação.

8.2.3 Será ainda considerada como atividade jurídica a atuação do bacharel em Direito como juiz leigo ou conciliador do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, desde que não inferior a 16 (dezesesseis) horas mensais, assim certificada pelo respectivo Juizado onde atue o candidato.

8.2.4 A comprovação do tempo de atividade jurídica relativamente a cargos, empregos ou funções não privativos do bacharel em Direito será realizada mediante certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente, indicando as respectivas atribuições exercidas e a prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico.

8.2.5 A comprovação do período de três anos de atividade jurídica de que trata o artigo 93, I, da Constituição Federal, e esta Resolução, deverá ser realizada por ocasião da inscrição definitiva no concurso.

8.2.6 Em se tratando do exercício da advocacia, a comprovação do exercício da atividade jurídica será feita mediante certidão expedida pelos cartórios do foro judicial de primeira ou de segunda instância ou de extrato de andamento do feito onde o candidato atuou, de que até a data de encerramento da inscrição definitiva, tenha exercido a advocacia, como advogado inscrito na OAB, atuando efetivamente em pelo menos trinta processos, mencionando-se os números dos processos, as datas de sua distribuição, a natureza dos feitos e as datas de extinção ou menção ao fato de que ainda se encontra em tramitação;

8.3 O candidato que fizer declaração falsa ou omitir quaisquer das informações exigidas na Resolução nº 540/2008, terá sua inscrição cancelada e sujeitar-se-á às sanções legais.

8.4 É vedada a prorrogação de prazo para a juntada de documento ou para suprir falha do requerimento.

9 DA SEGUNDA ETAPA – PROVAS DISCURSIVAS

9.1 Na segunda etapa do concurso, serão aplicadas três provas discursivas, conforme especificado a seguir.

9.1.1 PROVAS DISCURSIVAS

a) **Prova Discursiva I** – consistirá na elaboração de um texto abordando temas das áreas de conhecimento estabelecidas no quadro de provas constante do subitem 6.1 deste edital.

b) **Prova Discursiva II** – consistirá na elaboração de um texto abordando temas das áreas de conhecimento estabelecidas no quadro de provas constante do subitem 6.1 deste edital.

c) **Prova Discursiva III** – consistirá na lavratura de uma sentença sobre matéria cível ou penal, sorteada na hora da realização da prova, envolvendo problemas de direito material e processual.

9.1.2 Os locais e horários de realização das provas discursivas serão publicados por ocasião da convocação para a segunda etapa.

9.1.3 Cada prova discursiva valerá dez pontos e deverá ser feita pelo próprio candidato, a mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito segundo o item 4.2 deste edital, se a incapacidade impossibilitar a redação pelo próprio candidato. Nesse caso, será designado pela Coordenação do concurso um agente, devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

9.1.4 Estarão eliminados do concurso aqueles que não obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) em cada uma das provas discursivas.

9.1.5 As provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter, em outro local que não os previamente determinados, qualquer palavra ou marca que as identifiquem, sob pena de serem anuladas. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação das provas discursivas e a conseqüente eliminação do candidato do certame.

9.1.6 As folhas de texto definitivo serão os únicos documentos válidos para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

10 DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CANDIDATO

10.1 Após a divulgação dos resultados das provas discursivas e antes da aplicação da prova oral, o Presidente da Comissão do Concurso solicitará ao Corregedor-Geral de Justiça que promova investigações em caráter reservado, objetivando colher informações sobre idoneidade moral, educação, sociabilidade, atividade profissional, conduta familiar e social do candidato, bem como sobre informações e dados pessoais por este prestados, cuja falsidade implicará eliminação do certame, sem prejuízo de outras iniciativas legais.

10.1.1 As informações serão colhidas junto às autoridades do domicílio do candidato, tais como juízes, promotores de justiça, defensores públicos, prefeitos, deputados, vereadores, delegados de polícia e outros que o Corregedor-Geral de Justiça entender conveniente.

10.2 Obtidas as informações, o Presidente da Comissão distribuirá os autos entre os seus membros efetivos, a fim de serem examinados no prazo de cinco dias.

10.3 Findo o prazo do artigo anterior, a Comissão, em sessão reservada, da qual participará o Corregedor-Geral de Justiça, sem direito a voto, deliberará sobre a manutenção da inscrição dos candidatos.

10.3.1 Se das informações obtidas pela Corregedoria Geral de Justiça se delinear que existe fato desabonador da conduta do candidato, ou fato que seja passível de o inabilitar a prosseguir no certame, ou ainda que evidencie ausência de aptidões pessoais exigidas para o exercício do cargo, este deverá ser ouvido no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação veiculada no Diário da Justiça.

10.3.2 Fluído o prazo previsto no parágrafo anterior, com ou sem manifestação do candidato, a Comissão, em sessão reservada, da qual participará o Corregedor-Geral de Justiça, sem direito a voto, deliberará sobre a manutenção da inscrição do candidato.

10.4 Até o julgamento final do concurso, o candidato poderá ser excluído do certame por deliberação fundamentada da Comissão do Concurso, observado o procedimento disposto no item anterior.

11 DA ENTREVISTA E DA PROVA ORAL

11.1 A Prova Oral será realizada sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. A Comissão Examinadora do Concurso fixará data, hora e local para a realização da entrevista e da prova oral, com pelo menos dez dias de antecedência, para os candidatos aprovados na prova discursiva.

11.2 A entrevista é a oportunidade para a Comissão Examinadora conhecer o candidato através do diálogo, identificando suas qualidades morais, sociais, educacionais e culturais, combinando os dados que obtiver, com as informações obtidas na sindicância.

11.3 Depois da entrevista, o candidato sorteará um ponto dentre aqueles a serem veiculados no Edital do Concurso, específicos para essa espécie de prova, a qual será realizada no dia seguinte àquele em que ocorrer o sorteio.

11.3 A prova oral, a realizar-se em local público, terá a duração de até uma hora para cada candidato, e versará sobre temas jurídicos relacionados nos pontos sorteados por cada um e outras questões que o examinador entender pertinentes.

11.4 O candidato não poderá, durante a argüição, consultar códigos, obras jurídicas ou anotações.

11.5 Cada examinador atribuirá o seu grau de avaliação de zero a dez pontos por disciplina.

11.5.1 A nota da prova oral será a média aritmética das notas atribuídas por um a um dos examinadores.

11.5.2 Considerar-se-á eliminado o candidato que não atingir a nota cinco, como média aritmética, em qualquer das disciplinas.

12 PROVA DE TÍTULOS

12.1 Os candidatos aprovados na prova oral serão convocados a apresentar os títulos, no prazo de cinco dias, conforme dispuser o edital de convocação.

12.2 A avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório, valerá até 10 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

12.3 Somente serão aceitos os títulos a seguir relacionados, expedidos até a data de entrega, observados os limites da pontuação do quadro a seguir:

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

TÍTULOS	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
I - exercício da magistratura	1,0 ponto por ano completo ou fração superior a seis meses.	8,0
II - exercício de cargo do Ministério Público ou Defensoria Pública	1,0 ponto por ano ou fração superior a seis meses;	6,0
III - exercício do magistério superior, em escola de Direito devidamente reconhecida.	1,0 ponto por ano ou fração superior a seis meses.	5,0
IV - exercício de cargo público para o qual se exija diploma do curso de Direito.	1,0 ponto por ano ou fração superior a seis meses	4,0
V - aprovação em curso de preparação à magistratura, realizado por Escolas Superiores da Magistratura, reconhecidas pelos Tribunais Superiores, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais ou do Trabalho.	2,0	2,0
VI - aprovação em cursos de pós-graduação em Direito: curso de doutorado.	4,0	4,0
VII - aprovação em cursos de pós-graduação em Direito: curso de mestrado	3,0	3,0
VIII - aprovação em cursos de pós-graduação em Direito: curso de especialização	2,0	2,0
IX - autoria e co-autoria de livro jurídico		

editado por Instituições de Ensino Superior ou editoras comerciais e apresentados normalmente no comércio próprio.	3,0	3,0
X - artigos publicados em revistas especializadas de circulação nacional	0,5 ponto por artigo	3,0

12.4 Receberá nota zero o candidato que não encaminhar os títulos na forma e no prazo estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

12.5 Os títulos deverão ser encaminhados no prazo estipulado no edital, via **SEDEX**, para: **FGV – CONCURSO TJ/MS, CAIXA POSTAL 9018 – RIO DE JANEIRO - RJ – CEP 22270 – 970**.

12.6 O candidato deverá preencher e assinar um formulário, onde relacionará os títulos apresentados e indicará a sua quantidade. Juntamente com esta relação deve ser apresentada o original ou uma cópia autenticada em cartório de cada título declarado. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

12.7 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

12.8 Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega na data prevista no edital, arcando o candidato com as conseqüências de eventuais erros de seu representante.

12.9 A comprovação de tempo de serviço será feita mediante apresentação de cópia de CTPS acrescida de declaração do órgão ou empresa, ou, no caso de servidor público, acrescida de certidão tempo de serviço, emitidas pelo setor de pessoal.

12.10 A comprovação de publicação de livro deverá ser efetuada mediante a apresentação de exemplar, devidamente registrado no ISBN, (original ou cópia de boa qualidade, com autenticação em cartório das páginas em que conste a autoria). Em todos os casos, é importante que conste claramente o nome do candidato.

12.11 Livros publicados sem o nome do candidato deverão ser acompanhados de documento, emitido pelo editor ou dirigente do órgão editor, atestando a autoria.

12.12 Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, deve ser apresentado o diploma de título de mestre ou doutor devidamente registrado, expedido por instituição oficial ou reconhecida. Não serão aceitas declarações ou atestados de conclusão do curso ou das respectivas disciplinas.

12.13 Os diplomas de conclusão de cursos, expedidos em língua estrangeira, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

12.14 Cada título será considerado uma única vez.

12.15 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do subitem 12.3, bem como os que excederem ao limite de 10 pontos fixados no subitem 12.2, serão desconsiderados.

13 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

13.1 Será eliminado do concurso o candidato que não alcançar valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

13.2 Estarão habilitados para participarem da segunda etapa os candidatos classificados em até dez vezes o número de vagas oferecidas neste edital, respeitados os empates na última colocação, os quais serão convocados para requererem a inscrição definitiva no concurso.

13.3 Será eliminado o candidato que não tiver seu requerimento de inscrição definitiva deferido.

13.4 Serão convocados para as provas discursivas os candidatos que tiverem os seus pedidos de inscrição definitiva deferidos.

13.5 Os candidatos convocados segundo o subitem 13.4 terão as provas discursivas avaliadas e estarão eliminados do concurso aqueles que não obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) em cada uma das provas discursivas.

13.6 O texto de cada grupo da prova discursiva será avaliado quanto ao domínio do conteúdo – demonstração de conhecimento jurídico aplicado – e à modalidade escrita de Língua Portuguesa.

13.7 Nos casos de fuga ao tema, de texto definitivo escrito a lápis, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá ZERO.

13.8 Não será considerado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de noventa linhas.

13.9 A média final (MF) será apurada pela média ponderada de graus obtidos na prova objetiva (A), na prova discursiva I (B), na prova discursiva II (C), na prova discursiva III (D), na prova oral (E) e na avaliação de títulos (F) e cujos pesos serão 1 (um) para a prova objetiva, 5 (cinco) para cada prova discursiva, 4 para a prova oral e 1 (um) para a prova de títulos, conforme fórmula abaixo:

$$MF = \frac{1A+5B+5C+5D+4E+1F}{3}$$

13.10 Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso.

14 DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

14.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato de maior idade, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 10.741, de 01.10.3003 (Estatuto do Idoso).

14.2 Persistindo o empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) a maior média final nas provas discursivas
- b) a maior média final na prova oral

15 DOS RECURSOS

15.1 Será admitido recurso:

- I – do indeferimento da inscrição preliminar;
- II – das questões das provas objetivas e do gabarito;
- III – do indeferimento da inscrição definitiva;
- IV – do resultado das provas discursivas;
- V – do resultado dos títulos;
- VI – da classificação final.

15.2 Os recursos serão endereçados ao Conselho Superior da Magistratura, no prazo de dois dias contados da data da publicação do ato.

15.3 O recurso deverá ser encaminhado, via SEDEX, para: FGV – CONCURSO TJ/MS, CAIXA POSTAL 9018 – RIO DE JANEIRO - RJ – CEP 22270 – 970.

15.4 A Comissão Examinadora do Concurso prestará as informações necessárias para instruir o recurso, podendo, neste momento, rever a decisão, hipótese em que o recurso será considerado prejudicado, dispensando a deliberação do Conselho Superior da Magistratura.

15.5 Não será aceito recurso encaminhado fora do prazo estabelecido em edital.

15.6 O recurso deverá ser apresentado em formulário próprio, de acordo com o modelo definido no Anexo I, deste edital, sob pena de serem preliminarmente indeferidos.

15.7 Quando referir-se a questão da prova de seleção, deverá ser apresentado um recurso para cada questão/item diferente.

a) em cada folha, indicação do número da questão, da resposta do candidato e da resposta divulgada pela FGV.

b) para cada questão, argumentação lógica e consistente;

c) capa única constando o nome, o número de inscrição e a assinatura do candidato;

d) sem identificação do candidato no corpo dos recursos;

15.8 Recursos inconsistentes, em formulário diferente do exigido e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão indeferidos.

15.9 Se do exame de recursos da prova objetiva resultar anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração de gabaritos oficiais preliminares, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com os gabaritos oficiais definitivos. Em hipótese alguma o quantitativo de questões da prova objetiva sofrerá alterações.

16 DOS EXAMES DE SAÚDE

16.1 O candidato aprovado no concurso será submetido a exames de saúde física e mental antes da sua nomeação.

16.2 O exame de saúde física e mental tem finalidade de apurar a higidez do candidato e as condições psíquicas para o exercício do cargo.

16.3 O exame de saúde mental consistirá na aplicação de testes, entrevistas ou dinâmica de grupo, entre outros, para avaliação psicológica do candidato nos seguintes aspectos: ética, relacionamento interpessoal, adaptação, percepção, patologias, valores, poder, autoridade e autoritarismo, atitudes no trabalho, potencialidades, espírito de independência e discernimento.

16.3.1 O laudo psicotécnico conterá relatório, fundamentação e conclusão, devendo seu subscritor informar o método de avaliação utilizado.

16.3.2 O Conselho Superior da Magistratura credenciará os profissionais que atuarão na avaliação psicológica.

16.3.3 Fica assegurado ao candidato o acesso ao laudo médico apresentado.

17. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

17.1 Será eliminado do concurso o candidato que não satisfizer as condições estabelecidas em lei para a investidura no cargo.

18 DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

18.1 Ao fim do curso, a Comissão Examinadora remeterá ao Tribunal de Justiça o relatório final dos trabalhos, para efeito de homologação.

18.2 Os candidatos aprovados serão nomeados Juízes Substitutos, mediante Portaria do Presidente do Tribunal.

18.2.1 A nomeação obedecerá à ordem de classificação, observando-se as vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

19 DO CURSO PREPARATÓRIO DOS JUÍZES SUBSTITUTO

19.1 Os juízes substitutos nomeados e empossados serão inscritos, de ofício, na Escola Superior da Magistratura, MS, para o curso preparatório de que trata este capítulo.

19.1.1 O curso terá a duração mínima de três meses, podendo ser prorrogado por decisão do pelo Conselho Superior da Magistratura.

19.2 O Presidente do Tribunal, durante o curso, designará os juízes substitutos para atuarem como coadjuvantes nas varas da capital, os quais exercerão a judicatura no período vespertino, sendo que no período matutino participarão do curso de que trata o artigo anterior.

19.2.1 A metodologia do curso consistirá não só em aulas e eventos, presenciais e à distância, com ênfase na formação humanística e pragmática, mas também em estudos de casos.

19.3 O conteúdo programático mínimo do curso compreenderá os seguintes itens:

I – elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências;

II – relações interpessoais e interinstitucionais;

III – deontologia do magistrado;

IV – ética;

V – administração judiciária, incluindo gestão administrativa e de pessoal;

VI – capacitação em recursos da informação;

VII – difusão da cultura de conciliação como busca da paz social;

VIII – técnica de conciliação e psicologia judiciária; e,

IX – impacto econômico e social das decisões judiciais.

19.4 No curso de formação, ainda, os juízes substitutos serão designados para acompanhar as funções inerentes à judicatura em varas da Capital, atuando como auxiliares do juiz titular, quando será dado destaque aos aspectos práticos da judicatura.

19.4.1 A Diretoria da Escola poderá, mediante entendimento com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e com o Corregedor Geral da Justiça, promover estágio dos juízes substitutos em órgãos da Justiça Eleitoral sediados na Capital do Estado e na Corregedoria-Geral da Justiça.

19.5 O juiz substituto, no decorrer do curso, será avaliado quanto ao conteúdo programático e à conduta mantida no período. Para essa avaliação, será possível contar com equipe multidisciplinar formada de profissionais como psicólogos,

pedagogos, psiquiatras e outros médicos especialistas, além dos magistrados que participaram direta ou indiretamente no curso de formação, na forma do artigo 59 da Resolução nº 540, de 16/01/2008.

19.6 Os magistrados das varas onde juízes substitutos atuarem coadjuvando o titular prestarão informações reservadas ao Conselho Superior da Magistratura sobre a conduta e produtividade ao longo do curso de formação.

19.6.1 Terminado o curso, o juiz substituto, no prazo de cinco dias úteis, apresentará ao Conselho Superior da Magistratura relatório de suas atividades, instruído com cópias de despachos e de sentenças proferidos.

19.7 O Presidente do Tribunal de Justiça poderá nomear juízes coordenadores, que auxiliarão a Escola Superior da Magistratura, na tarefa de elaborar o conteúdo programático, contratação de professores e acompanhamento da execução do curso e das atividades dos juízes substitutos ao longo do curso de formação.

19.8 O Tribunal de Justiça poderá, mediante convênio, atribuir a execução do curso a Escola da Magistratura de outros Tribunais, no todo ou em parte.

19.9 Ao fim do curso, cada juiz será avaliado e, se aprovado, será designado para atuar ou auxiliar em comarcas ou varas, por determinação do Conselho Superior da Magistratura. Caso contrário, com o relatório de sua atuação e indicação dos motivos pelos quais é considerado inábil, o Tribunal de Justiça instaurará, por proposição do Conselho Superior da Magistratura, procedimento administrativo destinado ao seu não vitaliciamento, observando-se o procedimento previsto nos §§ 2º a 5º do artigo 196 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, sem prejuízo de outras disposições legais, notadamente as orientações existentes a tal respeito, oriundas do Conselho Nacional de Justiça ou da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Os candidatos poderão obter informações referentes ao concurso público nos sites: **<http://www.concurso.fgv.br/tjms08>** e **www.tj.ms.gov.br**.

20.2 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso contidas nos comunicados, neste edital e em outros que vierem a ser publicados.

20.3 O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem publicados no *Diário Oficial*, afixados no TJ/MS e na internet nos sites: **<http://www.concurso.fgv.br/tjms08>** e **www.tj.ms.gov.br**.

20.4 A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do concurso, o TJ/MS reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas existentes.

20.5 As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e em todos os procedimentos do concurso público correrão à conta do candidato, que não terá direito a alojamento, a alimentação, a transporte e/ou a ressarcimento de despesas.

20.6 Os resultados de todas as etapas do concurso, o resultado final e a relação das inscrições definitivas deferidas serão publicados no *Diário da Justiça do Estado* de Mato Grosso do Sul e divulgados pela Internet, nos endereços eletrônicos **<http://www.concurso.fgv.br/tjms08>** e **www.tj.ms.gov.br**.

20.7 O resultado final do concurso será homologado pelo Tribunal Pleno do TJ/MS.

20.8 O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto à FGV, enquanto estiver participando do concurso e, se aprovado, junto ao TJ/MS. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não-atualização de seu endereço.

20.9 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

21 DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos. **2** Tipologia textual. **3** Ortografia oficial. **4** Acentuação gráfica. **5** Emprego das classes de palavras. **6** Emprego do sinal indicativo de crase. **7** Sintaxe da oração e do período. **8** Pontuação. **9** Concordância nominal e verbal. **10** Regência nominal e verbal. **11** Significação das palavras. **12** Redação de correspondências oficiais.

DIREITO

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1 Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações estrutura **1.1.1.** Supremacia da Constituição. **1.1.2** Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. **1.1.3** Vigência e eficácia das normas constitucionais. **1.2** Poder constituinte. **1.3** Controle de constitucionalidade. **1.3.1** Sistema. **1.3.2.** Ação direta de inconstitucionalidade. **1.3.3** Ação declaratória de constitucionalidade. **1.3.4** Arguição de descumprimento de preceito fundamental. **1.3.5.** Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. **1.3.6.** Efeitos da decisão no controle abstrato. **1.3.7** A fiscalização abstrata no plano estadual. **1.3.7.1.** A Fiscalização incidental. **1.3.7.2.** Controle de constitucionalidade das leis municipais. **1.3.7.3.** A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. **1.4** Estado Federal. **1.5** Princípios fundamentais. **1.6** Direitos e garantias fundamentais. **1.6.1.** Dos direitos e deveres individuais e coletivos. **1.6.2.** Tratados e convenções sobre direitos humanos. **1.6.3.** A razoável duração do processo. **1.6.4** Direitos sociais. **1.6.5** Direitos políticos. **1.6.6** Partidos políticos. **1.6.7** Direitos de nacionalidade. **1.6.8.** Tutela constitucional dos direitos e das liberdades. **1.6.8.1.** Mandado de segurança, individual e coletivo. **1.6.8.2.** Mandado de Injunção. **1.6.8.3.** Hábeas corpus. **1.6.8.4.** Hábeas data. **1.6.8.5.** Ação popular. **1.7** Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. **1.7.1** Organização político-administrativa. **1.7.2** Repartição de competências. **1.7.3** Bens públicos. **1.8** Intervenção nos Estados e nos Municípios. **1.9** Administração pública. **1.9.1** Disposições gerais. **1.9.2** Servidores públicos. **1.9.3** Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/90) e do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 3.310/2006) **1.10** Organização dos Poderes na Constituição Federal. **1.10.1** Poder Executivo. **1.10.2** Poder Legislativo. **1.10.3** Imunidade parlamentar. **1.10.4** Processo legislativo. **1.10.5** Poder Judiciário. **1.10.5.1** Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. **1.10.5.2.** Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. **1.10.5.3.** Conselho Nacional de Justiça. **1.10.5.4.** Dos Tribunais e Juízes dos Eleitorais. **1.10.5.5.** Dos Tribunais e Juízes dos Estados. **1.10.6.** Direitos e Deveres da Magistratura. **1.10.7.** Garantias da magistratura. LOMAN – LC 35/79 **1.10.8** Funções essenciais à Justiça. **1.10.9** Do Ministério Público. **1.10.10.** Da Advocacia Pública. **1.10.11.** Da Advocacia e da Defensoria Pública. **1.11** Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul. **1.11.1** Atribuições e responsabilidades do

Governador e do Prefeito. **1.12** Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul. **1.12.1** Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. **1.12.2** Processo legislativo estadual. **1.12.3** Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. **1.12.4** Tribunal de Contas do Estado. **1.13** Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. **1.13.1** Organização Judiciária (Lei n. 1.511/94 e suas alterações) **1.13.2** Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. **1.14** Ordem econômica e financeira. **1.14.1** Princípios gerais da atividade econômica. **1.14.2.** Da Política Urbana. **1.15** Tributação e orçamento. **1.15.1.** Do Sistema Tributário Nacional. **1.15.2.** Das Finanças Públicas. **1.16.** Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. **1.17.** Da Ordem Social. **1.18** Emenda Constitucional nº 45/04 – Reforma do Judiciário. **1.18.1.** Emendas Constitucionais (até a EC 56/07).

2. DIREITO ADMINISTRATIVO:

2.1. As funções do Estado. **2.1.1.** Origem do Direito Administrativo. **2.1.2.** O regime jurídico-administrativo. **2.1.3.** Conteúdo do regime jurídico-administrativo. **2.2.** Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. **2.2.1.** Restrições ao princípio da legalidade. **2.3.** Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies. **2.3.1** Validade, invalidade, nulidade, Anulação, convalidação e revogação. **2.4.** Servidores Públicos. **2.4.1.** Agentes Públicos. Classificação. **2.4.2.** Os servidores estatais na Constituição. **2.4.3.** Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes públicos. **2.4.4.** Regime constitucional dos servidores públicos e titulares de cargos. **2.4.5.** Os cargos públicos. **2.4.6.** Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. **2.4.1.1.** Do provimento. **2.4.6.2.** Da nomeação. **2.4.6.3.** Do concurso público. **2.4.6.4.** Da posse e do exercício. **2.4.6.5.** Da estabilidade. **2.4.6.6.** Da transferência. **2.4.6.7.** Da readaptação. **2.4.6.8.** Da reversão. da reintegração. **2.4.6.9** Da recondução. **2.4.6.10.** Da disponibilidade e do aproveitamento. **2.4.6.11.** Da vacância. **2.4.6.12.** Da remoção. **2.4.6.13.** Da redistribuição. **2.4.6.14.** Da substituição. **2.4.7** Direitos e vantagens dos servidores públicos. **2.4.8.** Deveres e responsabilidades dos servidores públicos. **2.4.19.** Do regime disciplinar. **2.4.10.** O funcionário Público Civil. **2.4.11.** Da seguridade social do servidor: da aposentadoria; aposentadoria de magistrado, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas; aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória; **2.4.12.** Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. **2.5.** Improbidade administrativa: agentes do pólo ativo e passivo. **2.5.1.** Atos de improbidade. **2.5.2.** Enriquecimento ilícito. **2.5.3.** Prejuízo a erário. **2.5.4.** princípios. **2.5.5.** Penas; **2.5.6.** Procedimento e prescrição (lei nº 8.429, de 02.06.1992). **2.6.** Controles da administração pública: **2.6.1.** Controle administrativo. **2.6.2.** Controle legislativo ou político. **2.6.3.** Controle judicial. **2.6.4.** Discricionariedade administrativa e controle judicial. **2.6.5.** Controle interno e controle externo. **2.6.6.** Controle pelo Tribunal de Contas. **2.7** Domínio público. **2.7.1** Bens públicos. **2.7.2.** Classificação, Administração e Utilização. **2.8** Licitação: **2.8.1.** Princípios, **2.8.2.** Obrigatoriedade, **2.8.3.** Dispensa e Exigibilidade, **2.8.4.** Procedimentos e Modalidades, inclusive pregão presencial e eletrônico-federal (lei nº 8.666, de 21.06.1993, lei nº 10.520, de 17.06.2002, Decreto nº 3.555, de 8.08.2000 e Decreto nº 5.450 de 31.05.2005) e Decreto Estadual n. 11.897/2005. **2.8.5.** Fases da licitação. **2.8.6.** A habilitação. **2.8.7.** O julgamento. **2.8.8.** Homologação e adjudicação. **2.8.9.** Recursos administrativos. **2.8.10.** Crimes. **2.8.11.** Licitação e mandado de segurança. **2.9** Contrato administrativo. Espécies. **2.9.1.** Conceito, **2.9.2.** Características. **2.9.3.** Prerrogativas da Administração. **2.9.4.** Formalização, **2.9.5.** Execução e inexecução. **2.9.6.** A cláusula “*rebus sic stantibus*”. **2.9.7.** A Teoria da Imprevisão. **2.9.8.** As cláusulas de reajuste de preços. **2.9.9.** Obrigações do

Estado derivadas de contratos inválidos ou inexistentes. **2.9.10. Convênios e Consórcios.** **2.10.** Concessões e Permissões de serviços públicos (leis nº 8.987, de 13.02.1995; 9.074, de 07.07.1995). **2.10.1.** Forma e condições da outorga do serviço em concessão. **2.10.2.** O prazo nas concessões e sua prorrogação. **2.10.3.** Os poderes do Concedente. **2.10.4.** Os direitos do concessionário. **2.10.5.** As tarifas. **2.10.6.** Os direitos dos usuários. **2.10.7.** Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos. **2.10.8.** A reversão dos Bens. **2.10.9.** Responsabilidades civis do concessionário e do Poder concedente. **2.10.10.** Permissão. **2.10.11.** Parcerias Público-Privadas: Lei 11.079, de 30.12.2004. **2.10.12.** Contratos de gestão. **2.11.** Organizações sociais: aspectos gerais. **2.12.** Consórcios público. **2.13.** Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. **2.13.1.** Sujeito infrator. **2.13.2.** Excludentes da Infração. **2.13.3.** Princípios. **2.13.4.** Dever de sancionar. **2.14** Processo administrativo. **2.14.1.** Conceito. **2.14.2.** Processo ou procedimento administrativo. **2.14.3.** Princípios do processo administrativo. **2.14.4.** Instauração do processo administrativo e fases do processo. **2.14.5.** A sindicância. **2.14.6.** Os sujeitos da relação processual administrativa. **2.14.7.** Direitos e deveres das partes. **2.14.8.** Competência. **2.14.9.** Instrução do processo administrativo. **2.14.10.** Decisão do Processo Administrativo: estrutura, tipologia. **2.14.11.** Recurso Administrativo e seus efeitos. **2.14.12.** Coisa julgada administrativa. **2.14.13.** Da revisão administrativa **2.15.** Poder de polícia: conceito. **2.16.** Intervenção do Estado na propriedade. **2.16.1.** Desapropriação. Conceito. **2.16.1.1.** Requisitos. **2.16.1.2.** Bens suscetíveis de desapropriação: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. **2.16.1.3.** Competência para decretá-la. **2.16.1.4.** Desapropriação judicial por necessidade ou utilidade pública. **2.16.1.5** Indenização e seu conceito legal. Correção monetária e honorários advocatícios. **2.16.1.6** Caducidade da desapropriação. **2.16.1.7** Imissão na posse do imóvel desapropriado. **2.16.1.8.** Desapropriação indireta. **2.16.2.** Servidão administrativa. **2.16.3.** Requisição. **2.16.4.** Ocupação provisória. **2.16.5.** Limitação administrativa. **2.16.6.** Direito de construir e seu exercício **2.16.7.** Loteamento e zoneamento. **2.17** Responsabilidade civil do Estado: evolução das teorias. **2.17.1.** Reparação do dano. **2.17.2.** Responsabilidade objetiva e subjetiva. **2.18.** Prescrição e decadência (decreto nº 20.910, 6.01.32; decreto-lei nº 4.597, de 19.08.1942; lei nº 9.873, de 23.11.99 e arts. 53 a 55, lei nº 9.784, de 21.01.99) **2.19.** Organização administrativa: noções gerais. **2.19.1** Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada (decreto-lei nº. 200 de 25.02.1967; 900 de 29.09.1969). **2.19.2.** Autarquias (comuns e especiais, incluindo: agências reguladoras e agências executivas – decreto nº 2.487, de 02.02.98 – arts. 1º ao 5º); **2.19.3.** Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. **2.20.** Abuso de autoridade. Lei nº 4.898, de 09.12.1965.

3. DIREITO ELEITORAL

3.1 Dos órgãos da Justiça Eleitoral. **3.1.1** Do Tribunal Superior Eleitoral. **3.1.2** Dos Tribunais Regionais Eleitorais. **3.1.3** Dos Juízes Eleitorais. **3.1.4** Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. **3.1.5** Do Ministério Público Eleitoral. **3.2** Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. **3.2.1** Cancelamento e exclusão do eleitor. **3.3** Do Sistema Eleitoral: Sistema Majoritário e Sistema Proporcional. **3.3.1.** Do domicílio eleitoral. **3.4** Do registro de candidatos. **3.4.1** Elegibilidade e inelegibilidade. **3.4.2** Impugnação de registro de candidatos. **3.5** Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. **3.5.1** Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. **3.5.2** Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. **3.6** Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. **3.6.1** Da filiação partidária. **3.6.2** Das finanças e contabilidade dos partidos. **3.6.3.** Prestação de contas. **3.7** Da apuração. Das impugnações perante as juntas eleitorais. **3.7.1** Da proclamação e da diplomação dos eleitos. **3.8** Dos

recursos eleitorais. pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. **3.8.1** Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. **3.9.** Da propaganda eleitoral (resolução 22.718/2008 – TSE). **3.9.1.** Do acesso gratuito ao rádio e à televisão. **3.9.2.** Propaganda Partidária Fiscalização. **3.10.** Da ação de impugnação de mandato eletivo. **3.11.** Da investigação judicial eleitoral **3.12.** Do Mandado de Segurança **3.13** Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. **3.13.1.** Tipos previstos na legislação eleitoral. **3.14** Do Processo Penal Eleitoral. **3.14.1** Investigação criminal eleitoral. **3.14.2** Ação Penal. **3.14.3** Competência em matéria criminal eleitoral. **3.14.4** Rito processual penal eleitoral. **3.14.5** Invalidação e nulidade de atos eleitorais. **3.14.6** Lei nº 9.504, de 30.9.97 (Lei das Eleições). **3.14.7.** Leis Complementares nºs 64/90 e 86/96.

4. DIREITO PENAL

4.1. Finalidades do Direito Penal. **4.1.1** Teoria Constitucionalista do Delito. **4.1.2** Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. **4.1.3** Teoria do Garantismo Penal. **4.1.4** Tipicidade Penal. **4.1.5** Tipicidade Conglobante. **4.1.6** Princípios constitucionais penais. **4.2** O Tempo do crime **4.2.1** A lei penal no tempo e no espaço. **4.2.2** Relação de causalidade. **4.2.3** Culpabilidade e exculpantes **4.2.4** Do crime consumado, tentado e impossível. **4.2.5** Crimes de dano e de perigo **4.2.6** Desistência voluntária e arrependimento eficaz. **4.2.7** Arrependimento posterior. **4.2.8** Do Crime doloso, culposo e preterdoloso. **4.2.9** Erro de tipo. **4.2.10** Erro de proibição. **4.2.11** Erro sobre a pessoa. **4.2.12** Coação irresistível e obediência hierárquica. **4.2.13** Causas excludentes da ilicitude. **4.2.14** Perdão judicial. **4.2.15** Da imputabilidade penal. **4.2.16** Da ação e da omissão. **4.2.17** Do concurso de pessoas. **4.2.18** Do concurso de crimes. **4.2.19** Das penas: espécies, cominação e aplicação. **4.2.20** Das penas alternativas e substitutivas **4.2.21** Da suspensão condicional da pena. **4.2.22** Do livramento condicional. **4.2.23** Efeitos da condenação e da reabilitação. **4.2.24** Das medidas de segurança. **4.2.25** Da ação penal pública e privada. **4.2.26** Da extinção da punibilidade. **4.3** Dos crimes contra a vida. **4.3.1** Das lesões corporais. **4.3.2** Dos crimes contra a honra. **4.3.3** Dos crimes contra a liberdade individual. **4.3.4** Dos crimes contra o patrimônio. **4.3.5** Dos crimes contra a liberdade sexual. **4.3.6** Dos crimes contra a administração pública. **4.4** Das contravenções penais. **4.4.1** Do crime organizado (Lei 9.034/95). **4.4.2** Dos crimes contra a fé pública. **4.4.3** Dos crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65). **4.4.4** Dos crimes ambientais (Lei 9.605/98) **4.4.5** A Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). **4.4.6** Dos crimes hediondos (Lei 8.072/90 e leis penais posteriores expansivas do conceito de crime hediondo). **4.4.7** Dos crimes de tortura (Lei 9.455/97). **4.4.8** Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei nº 8.137/90). **4.4.9** Dos crimes do Código do Consumidor (Lei 8.078/90). **4.4.10** Dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. **4.4.11** Dos crimes praticados contra a criança e o adolescente. (Lei 8.069/90).

5 DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5.1. Teoria Geral do Direito Processual Civil. Normas processuais civis. Fontes do Direito Processual Civil. Aplicação e Interpretação da lei processual civil. Da norma processual no tempo e no espaço. **5.2** Da jurisdição. **5.2.1.** Conceito, **5.2.2.** Características. **5.2.3.** Princípios. **5.2.4.** Extensão. **5.2.5.** Poderes, **5.2.6.** Órgãos. **5.2.7.** Jurisdição contenciosa. Jurisdição voluntária. **5.3.** Da ação **5.3.1.** Natureza jurídica. **5.3.2.** Princípios. **5.3.3.** Elementos identificadores da ação. **5.3.4.** Condições da Ação. **5.3.5.** Classificação das Ações. **5.4.** Competência. **5.4.1.** Conceito. **5.4.2** Competência internacional. **5.4.3.** Competência interna. **5.4.4.** Critérios para definir a competência. **5.4.5.** Competência absoluta. **5.4.6.** Competência Relativa. **5.4.7.** Das causas de modificações da Competência: conexão, continência, prevenção. **5.4.8.**

Casos de prorrogação legal da competência. **5.4.9.** Conflito de competência. **5.4.10.** Conflito de atribuições. **5.4.11.** *Perpetuatio jurisdictionis*. **5.5.** Processo. **5.5.1.** Conceito. **5.5.2.** Classificação. **5.5.3.** Natureza Jurídica. **5.5.4.** Princípios informativos do processo. **5.5.4.1.** Princípios constitucionais do processo civil. **5.5.4.2.** As garantias constitucionais do processo civil. **5.5.5.** A relação processual. **5.5.6.** características da relação processual. **5.5.7.** Sujeitos da relação jurídica: Sujeitos principais. Sujeitos secundários. Sujeitos Especiais. **5.5.8** Das partes e dos procuradores. **5.5.9.** Da capacidade processual. **5.5.10.** Legitimação ordinária **5.5.11.** Legitimação extraordinária. **5.5.12.** A substituição processual **5.5.13.** Dos deveres das partes e dos procuradores. **5.5.14.** Do litisconsórcio. **5.5.15** Da assistência. **5.5.16.** Da intervenção de terceiros. **5.5.17.** Da oposição. **5.5.18.** Da nomeação à autoria. **5.5.19.** Da denunciação da lide. **5.6.** Pressupostos processuais. **5.7.** Do procedimento. **5.7.1.** Procedimento Comum, ordinário. **5.7.2.** Procedimento sumário. **5.7.3.** Procedimentos especiais. **5.7.4.** Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis (Lei Estadual 1.071/90). **5.8.** Dos atos processuais. **5.8.1.** Definição. **5.8.2.** Características dos atos processuais. **5.8.3.** Princípios dos atos processuais. **5.8.4.** Classificação dos atos processuais. **5.8.5.** Atos do Juiz. **5.8.6.** Atos das partes. **5.8.7.** Atos dos auxiliares das partes. **5.8.8.** Atos processuais simples e complexos. **5.8.9.** Documentação dos atos processuais. **5.8.10.** Local da prática dos atos processuais. **5.8.11.** Da forma dos atos processuais. **5.8.12.** Tempo para a prática dos atos processuais. **5.8.13.** Das comunicações dos atos processuais. **5.8.14.** Das cartas. **5.8.15.** Das citações. **5.8.16.** Das intimações. **5.9.** Das nulidades. **5.10.** De outros atos processuais. **5.11.** Da distribuição e do registro. **5.12.** Do valor da causa. **5.13.** Dos Prazos. **5.13.1.** Conceito. **5.13.2.** Classificação. **5.13.3.** Princípios. **5.13.4.** Contagem. **5.13.5.** Prazos especiais. **5.13.6.** Preclusão. **5.14.** O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. **5.15.** O Ministério Público e os Auxiliares da justiça. **5.16.** Formação, suspensão e extinção do processo. **5.17.** Do Procedimento ordinário. **5.17.1** Petição inicial: conceito, requisitos. **5.18.** Do pedido: espécies, modificação, cumulação. **5.19.** Causa de pedir. Dos documentos necessários à propositura da ação. **5.20.** Despacho inicial: objeto, natureza. **5.20.1.** Do julgamento liminar de improcedência das ações repetitivas (art. 285-A). **5.20.2.** Do recurso cabível e seu procedimento. **5.20.3.** Da decretação de ofício da prescrição. **5.20.4.** Emenda da inicial. **5.21.** Do indeferimento liminar da petição inicial. **5.21.1.** Do recurso cabível e seu procedimento. **5.22.** Da antecipação dos efeitos da tutela de mérito. **5.22.1.** Requisitos. **5.22.2.** Da fungibilidade entre a tutela antecipada e as medidas cautelares. **5.23.** Da citação **5.24.** Dos efeitos da citação. **5.25.** Da resposta do réu: contestação, exceções (incompetência, impedimento e suspeição), reconvenção. **5.26.** Da Revelia. **5.26.1.** Dos efeitos da revelia. **5.26.2.** A revelia e os direitos indisponíveis. **5.27.** Da declaração incidente. **5.28.** Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. **5.29.** Das alegações do réu. **5.30.** Do julgamento conforme o estado do processo. **5.30.1.** Da extinção do processo sem resolução do mérito. **5.30.2.** Do julgamento antecipado da lide. **5.30.3.** Da resolução do mérito. **5.31.** Da audiência preliminar. **5.32.** Das provas: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. **5.33.** Da audiência de instrução e julgamento. **5.34.** Da sentença. **5.34.1.** Requisitos e efeitos da sentença. **5.34.2.** Classificação da sentença. **5.34.3.** Publicação. **5.34.4.** Intimação das partes e dos procuradores. **5.34.5.** Sentença em audiência e início do prazo recursal. **5.34.6.** Condenação do devedor na emissão de declaração de vontade. **5.35.** Coisa julgada. Conceito. **5.35.1.** Limites objetivos e subjetivos. **5.35.2.** Coisa julgada formal e coisa julgada material. **5.35.3.** Princípio do deduzido e do dedutível. **5.36.** Reexame da sentença. **5.37.** Liquidação da sentença. **5.38.** Cumprimento da sentença. **5.38.1.** Procedimento. **5.38.2.** Títulos executivos judiciais. **5.38.3.** Impugnação. **5.38.4.** Execução provisória. **5.38.5.** Competência para o cumprimento da sentença. **5.38.6.** Cumprimento da sentença condenatória na indenização por ato ilícito. **5.39.** Ação

Rescisória. **5.40.** Recursos. **5.40.1.** Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. **5.40.2.** Súmula impeditiva do recurso. **5.40.3.** Apelação. **5.40.4.** Agravo. Lei nº 11.187, de 19.10.2005. **5.40.5.** Embargos infringentes. **5.40.6.** Embargos de divergência. **5.40.7.** Embargos de declaração. **5.40.8.** Recurso de terceiro prejudicado. **5.40.9.** Recurso pelo Ministério Público. **5.40.10.** Recurso Adesivo. **5.40.11.** Recurso extraordinário. **5.40.11.1.** Requisitos. **5.40.11.2.** Repercussão Geral. **5.40.12.** Recurso Especial. **5.40.12.1.** Requisitos. **5.40.12.2.** Prova da divergência. **5.40.13.** Agravo de Instrumento ao STF ou ao STJ. **5.40.14.** Recurso Ordinário. **5.40.15.** Da ordem dos processos no Tribunal. **5.40.16.** Poderes do relator no julgamento dos recursos. **5.40.16.1.** Hipóteses para a concessão do efeito suspensivo, pelo relator. **5.41.** Processo de execução. **5.41.1.** Princípios. **5.41.2.** Das partes. **5.41.3.** Da competência. **5.41.4.** Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. **5.41.5.** Do inadimplemento do devedor. **5.41.6.** Espécies de execução. **5.41.6.1.** Execução para entrega de coisa certa e incerta. **5.41.6.2.** Execução das obrigações de fazer e não fazer. **5.41.6.3.** Da execução Fiscal. **5.41.6.4.** Da execução por quantia certa contra devedor solvente. **5.41.7.** Da penhora, avaliação e expropriação. **5.41.8.** Da citação do devedor e da indicação de bens. **5.41.9.** Da penhora e do depósito. **5.41.10.** Da avaliação. **5.41.11.** Da adjudicação. **5.41.12.** Da alienação por iniciativa particular. **5.41.13.** Da alienação em hasta pública. **5.41.14.** Do Pagamento ao credor. **5.41.15.** Da Execução contra a Fazenda Pública. **5.41.16.** Da execução da Prestação Alimentícia. **5.41.17.** Dos embargos do à execução. **5.41.17.1.** Prazos para embargos. **5.41.17.2.** Natureza jurídica. **5.41.17.3.** Legitimidade e procedimento. **5.41.18.** Dos embargos à execução contra a Fazenda Pública. **5.41.19.** Dos embargos na execução por carta. **5.41.20.** Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. **5.42.** Da suspensão e extinção do processo. **5.43.** Do Processo Cautelar. **5.43.1.** Das disposições gerais. **5.43.2.** Dos procedimentos cautelares específicos. **5.44.** Dos procedimentos especiais. **5.44.1.** Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. **5.44.2.** Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. **5.45.** Das ações mantidas no Código de 1.939. **5.46.** Ação civil Pública. **5.47.** Ação popular. **5.48.** Mandado de Segurança individual e coletivo. **5.49.** Mandado de injunção. **5.50.** *Hábeas data*. **5.51.** Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental. **5.52.** Ação direta de inconstitucionalidade. **5.53.** Ação declaratória de constitucionalidade. **5.54.** Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. **5.55.** Ações de Despejo **5.56.** Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação Revisional de Aluguel renovatória, reguladas pela Lei 8.245/91. **5.57.** Ação de Busca e Apreensão por alienação fiduciária (Dec-Lei 911/69). **5.58.** Pedido de suspensão de execução de liminar ou sentença, em ações movidas contra o Poder Público (art. 4º da Lei 4.348/64 e 8.437/92). **5.59.** Ação de Alimentos. **5.60.** Desapropriação (Dec-Lei 3.3.65/41; Lei 4.132/62; Dec-Lei 1.075/70; Lei 8.629/93; Lei Complementar 76/93). **5.61.** Divórcio e Separação Judicial. **5.62.** Execuções Especiais (Dec-Lei 70/66; Dec-Lei 167/67; Dec-Lei 413/69; Lei 5.741/71). **5.63.** Investigação de paternidade (Lei 8.560/92). **5.64.** Ação Renovatória da Locação Comercial. **5.65.** Ação Revisional. **5.66.** Ação de Adjudicação Compulsória (Dec-Lei 58/37). **5.67.** Ação de imissão na posse. **5.68.** Ações de execução de obrigação de fazer, não fazer, entrega de coisa certa e incerta (arts. 461 e 461-A do CPC). **5.69.** Ação Reivindicatória. **5.70.** Usucapião Especial (Leis 6.969/81 e 10.257/01). **5.71.** Ação Discriminatória. **5.72.** Ação Pauliana (fraude contra credores).

6. DIREITO PROCESSUAL PENAL

6.1 Princípios constitucionais do processo penal. **6.1.1** Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. **6.1.2** Sujeitos da relação processual. **6.1.3** Inquérito policial. **6.2** Ação penal: conceito, condições, pressupostos

processuais. **6.2.1** Ação penal pública. **6.2.2** Titularidade, condições de procedibilidade. **6.2.3** Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. **6.2.4** Ação penal privada: **6.2.4.1** Titularidade. **6.2.4.2** Queixa. **6.2.4.3** Renúncia. **6.2.4.4** Perdão **6.2.4.5** Perempção. **6.2.5** Extinção da punibilidade. **6.3** Jurisdição. **6.3.1** Competência: critérios de determinação e modificação. **6.3.2** Incompetência. **6.3.3** Conexão e continência. **6.3.4** Das questões e processos incidentes. **6.4** .Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. **6.4.1** Da prisão e da liberdade provisória. **6.5** Das citações e intimações. **6.5.1** Forma, lugar e tempo dos atos processuais. **6.5.2** Dos diversos procedimentos processuais penais, incluindo leis especiais e Tribunal do Júri **6.5.3** Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. **6.5.4** Dos prazos: características, princípios e contagem. **6.6** Da sentença. **6.6.1** Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. **6.6.2** Sentença absolutória: providências e efeitos. **6.6.3** Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. **6.6.4** Efeitos civis da sentença penal. **6.6.5** Da coisa julgada penal. **6.7** Inimputabilidade e processo penal. **6.8** Das nulidades. **6.9** Dos recursos em geral: princípios básicos, modalidades e fungibilidade. **6.9.1** Da revisão criminal. **6.10** Das exceções. **6.11** Do *habeas corpus*. **6.12** Do desaforamento. **6.13** Da Execução das penas em espécie. **6.14** Dos incidentes da execução penal.

7. DIREITO CIVIL

7.1 Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação da Lei. Analogia. **7.1.1** Princípios Gerais do Direito e Equidade. **7.2** Das pessoas. **7.2.1**. Das pessoas naturais. **7.2.2** Das pessoas jurídicas. **7.2.3**. Do domicílio. **7.3** Dos bens. **7.3.1**. Dos bens considerados em si mesmo. **7.3.2**. Dos bens reciprocamente considerados. **7.3.3**. Dos bens públicos. **7.4**. Dos fatos jurídicos. **7.4.1**. Do negócio jurídico. **7.4.2**. Dos atos jurídicos lícitos. **7.4.3**. Dos atos ilícitos. **7.4.4**. Da prescrição e da decadência. **7.4.5**. Da prova. **7.5**. Do direito das obrigações. **7.5.1**. Das modalidades das obrigações. **7.5.2**. Da transmissão das obrigações. **7.5.3** Do adimplemento e extinção das obrigações. **7.5.3.1** Do inadimplemento das obrigações. **7.5.4**. Dos contratos em geral. **7.5.5**. Das várias espécies de contrato. **7.5.6**. Dos atos unilaterais. **7.5.7**. Dos títulos de crédito. **7.5.8**. Da responsabilidade civil. **7.5.9**. Das preferências e privilégios creditórios. **7.6**. Do direito das coisas. **7.6.1**. Da posse. **7.6.2**. Dos direitos reais. **7.6.3**. Da propriedade. **7.6.4**. Da superfície. **7.6.5**. Das servidões. **7.6.6**. Do usufruto; **7.6.7**. Do uso. **7.6.8**. Da Habitação. **7.6.9**. Do direito do promitente comprador. **7.6.10** Do penhor, da hipoteca e da anticrese. **7.7**. Do direito de família. **7.7.1**. Do direito pessoal. **7.7.2**. Do direito patrimonial. **7.7.3**. Da união estável. **7.7.4**. Da tutela e da curatela. **7.8**. Do direito das sucessões. **7.8.1**. Da sucessão em geral. **7.8.2**. Da sucessão legítima; **7.8.3**. Da sucessão testamentária. **7.8.4**. Do inventário e da partilha. **7.9**. Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046. **7.10**. Registros públicos. **7.10.1** Registro civil das pessoas jurídicas e físicas. **7.10.2** Registro de títulos e documentos. **7.10.3** Registros facultativos e obrigatórios de imóveis. **7.10.4**. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1978. **7.11**. Do código de Águas, Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934. **7.12**. Do Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969. **7.13**. Da alienação fiduciária de coisa imóvel, Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997. **7.14**. Da impenhorabilidade do bem de família, Lei n. 8.009, de 29 de março de 1990. **7.15**. Da Cédula de produto rural, Lei n. 8.929, de 22 de agosto de 1994. **7.16**. Da Cédula hipotecária, Decreto-Lei n. 70, de 21 de novembro de 1966. **7.17**. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e Lei n. 10.931, de 2 de agosto de 2004. **7.18**. Dos contratos imobiliários, Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964; Lei n. 8.004, de 14 de março de 1990; Lei n. 8.100, de 5 de dezembro de 1990; Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991; Lei n. 8.692, de 28 de julho de 1993. **7.19**. Do estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069, de 13 de

julho de 1990. **7.19.1.** Das disposições preliminares. **7.19.2.** Dos direitos fundamentais. **7.19.3.** Da prevenção. **7.19.4.** Da política de atendimento. **7.19.5.** Das medidas de proteção. **7.20.** Da desapropriação por utilidade pública, Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941; **7.21.** Da desapropriação por interesse social, Lei n. 4.132, de 10 de setembro de 1962. **7.22.** Do direito Autoral, Lei n.6.533, de 24 de maio de 1978; Lei n. 6.615, de 16 de dezembro de 1978; Lei n. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998; Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **7.23.** Do Estatuto da Terra, lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. **7.24.** Do Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. **7.25.** Da locação de imóveis urbanos, Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991. **7.26.** Do mútuo, Decreto n. 22.626, de 7 de abril de 1933. **7.27.** Da promessa de compra e venda e loteamento, Decreto-Lei, nº 58, de 10 de dezembro de 1937; Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **7.28.** Dos seguros, Decreto n. 61.867, de 07 de dezembro de 1967; Lei n. 6.194, de 19 de dezembro de 1974; Lei n. 9.656, e 3 de junho de 1998. **7.29.** Das pessoas jurídicas de direito privado, sem fim lucrativo, Lei n. 9.790, de 23 e março de 1999 e sua regulamentação pelo Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999. **7.30.** Da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 e sua regulamentação pelo Decreto n. 2.268, de 3 de junho de 1997.

8. DIREITO EMPRESARIAL

8.1 Do Direito de Empresa **8.2** Do Empresário **8.2.1** Da caracterização e da inscrição **8.2.2** Da capacidade **8.2** Da Sociedade **8.3.1** Disposições gerais **8.3.3** Da sociedade não personificada **8.3.3.1** Da sociedade em comum **8.3.3.2** Da sociedade em conta de participação **8.3.4** Da sociedade personificada **8.3.4.1** Da sociedade simples **8.3.4.2** Da sociedade em nome coletivo **8.3.4.3** Da sociedade em comandita simples **8.3.4.4** Da sociedade limitada **8.3.4.5** Da sociedade anônima **8.3.4.6** Da sociedade em comandita por ações **8.3.4.7** Da sociedade cooperativa **8.3.4.8** Das sociedades coligadas **8.3.4.9** Da liquidação da sociedade **8.3.4.10** Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades **8.3.4.11** Da sociedade dependente de autorização **8.4** Do Estabelecimento **8.4.1** Disposições gerais **8.4** Dos Institutos Complementares **8.4.1** Do registro **8.4.2** Do nome empresarial **8.4.3** Dos prepostos **8.4.4** Da escrituração. **8.5** Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005) **8.7** Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006) **8.8** Da Letra de Câmbio e da Nota Promissória (Decreto 2.044, de 31 de dezembro de 1908, Decreto 57.663, de 24 de janeiro de 1966, Decreto 57.663, de 24 de janeiro de 1966) **8.9** Do Cheque (Lei 7.357, de 02 de setembro de 1985) **8.10** Da Duplicata (Lei 5.474, de 18 de julho de 1968) **8.11** Do Protesto de Títulos (Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997) **8.12** Dos Títulos de Crédito Comercial (Lei 6.840, de 03 de novembro de 1980) **8.13** Dos Títulos de Crédito Rural (Decreto lei 167, de 14 de fevereiro de 1967 e Lei 11.076 de 30 de dezembro de 2004) **8.14** Das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) **8.15** Da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras (Lei 6.024 de 13 de março de 1974).

9. DIREITO TRIBUTÁRIO:

9.1 O Estado e o poder de tributar. **9.1.1** Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. **9.1.2** Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e não-incidência. **9.2** Sistema Tributário Nacional. **9.2.1** Princípios constitucionais tributários. **9.2.2** Competência legislativa e Competência Tributária. **9.2.3** Limitações da competência tributária. **9.3** Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. **9.3.1** Fundos de participação. **9.4** Fontes do direito tributário. **9.4.1** Hierarquia das normas. **9.4.2**

Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. **9.5** Legislação tributária. **9.5.1** Conceitos. **9.5.2** Lei ordinária e lei complementar, Lei Delegada, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado, Atos Normativos de Autoridade Administrativa, Decretos e Despachos Normativos do Executivo, Resoluções Administrativas, Portarias, Decisões Administrativas e Consultas. **9.5.2.1** Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. **9.5.3** Medida provisória. **9.5.4** Tratados e convenções internacionais. **9.5.5** Convênios do CONFAZ. **9.5.6** Regras de vigência, aplicação, e integração. **9.6** Interpretação e integração da legislação tributária. **9.7** Obrigação tributária. **9.7.1** Obrigação principal e acessória. **9.7.2** Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. **9.7.2.1** Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. **9.7.3** Efeitos, conseqüências, validade e invalidade dos atos jurídicos. **9.7.4** Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. **9.7.5** Solidariedade. **9.7.6** A imposição tributária e as convenções particulares. **9.7.7** Capacidade tributária. **9.7.8** Domicílio tributário. **9.7.9** Preferência. **9.7.10** Fraude à execução. **9.7.11** Decretação de indisponibilidade no curso do processo executivo: requisitos e procedimento. **9.7.12** Validade, Vigência e Eficácia das normas tributárias. **9.7.13** Decadência e Prescrição em matéria tributária (prescrição intercorrente judicial e administrativa). **9.7.14** Tributação Internacional. **9.7.15** Alíquotas progressivas. **9.8** Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. **9.8.1** Responsabilidade supletiva. **9.8.2** Substituição tributária. **9.8.3** Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. **9.9** Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. **9.9.1** Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. **9.9.2** Garantias e privilégios do crédito tributário. **9.9.3** Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. **9.10** Garantias e privilégios do crédito tributário. **9.11** Tributos. **9.11.1** Conceito. **9.11.2** Natureza jurídica. **9.11.3** Classificação: impostos, taxas e contribuições de melhoria. **9.11.4** Contribuições: espécies e natureza jurídica. **9.11.5** Empréstimos compulsórios. **9.11.6** Pedágio. **9.12** Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. **9.13** Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. **9.14** Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. **9.15** Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. **9.16** Certidões negativas. **9.17** Classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. **9.18** Tributação internacional. **9.18.1** Acordos para evitar a dupla tributação. **9.18.2** Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. **9.19** Incentivos fiscais. **9.19.1** Legislação. **9.19.2** Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. **9.20** Evasão e elisão tributárias. **9.21** Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. **9.21.1** Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. **9.21.2** Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômicos e jurídicos. **9.21.3** Finalidades. **9.22** Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, nº 4.320, de 1964, e suas alterações. **9.23** Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. **9.24** Dívida ativa da União, de origem tributária e não-tributária. **9.24.1** Certidão negativa. **9.25** Administração tributária. **9.25.1** Secretaria da Receita Federal. **9.25.2** Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). **9.25.3** Fiscalização. **9.25.4** Arrecadação. **9.26** Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. **9.27** Processo judicial Tributário. **9.27.1** Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. **9.27.2** Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. **9.27.3** Ações de controle de constitucionalidade: direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade. **9.27.4** Ação popular. **9.27.5** Lei Complementar nº 118/05. **9.28**

Ilícito tributário. **9.28.1** Ilícito e sanção. **9.28.2** Ilícito administrativo tributário. **9.28.3** Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. **9.28.4** Sanção administrativa e sanção penal. **9.28.5** Responsabilidade penal. **9.28.6** Sanções pessoais e patrimoniais. **9.29** Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES: Lei n. 9.317, de 1996).

10. DIREITO AMBIENTAL:

10.1. Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. **10.1.1.** Conceito. **10.1.2.** Natureza. **10.1.3.** Fontes e Princípios. **10.1.4.** Política ambiental constitucional. **10.1.5.** Deveres ambientais. **10.1.6.** Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. **10.2.** Direito Ambiental Constitucional. **10.2.1.** O artigo 225 da Lei Fundamental de 1.988. **10.2.2.** Competência legislativa em matéria ambiental. **10.2.3.** Competências legislativas exclusivas e concorrentes. **10.3.** Bens Ambientais. **10.3.1.** Águas, cavidades naturais subterrâneas. **10.3.2.** Energia. **10.3.3.** Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ihas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. **10.3.4.** Recursos naturais da plataforma continental. **10.3.5.** Recursos da zona econômica exclusiva. **10.3.6.** Sítios arqueológicos e pré-históricos. **10.3.7** Terrenos de marinha e seus acréscimos. **10.3.8.** Terrenos marginais. **10.4.** Política Nacional do Meio Ambiente. **10.4.1.** Princípios da PNMA. **10.4.1.1.** Objeto. **10.4.1.2.** Finalidade. **10.4.1.3.** Instrumentos da PNMA. **10.4.2.** SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. **10.4.2.1.** Objeto. **10.4.2.2.** Órgãos integrantes. **10.4.2.3.** Órgão Superior – **10.4.2.4.** Conselho de Governo. **10.4.2.5.** Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). **10.4.2.6.** Órgão Central – **10.4.2.7** Ministério do Meio Ambiente. **10.4.3.** Recursos Hídricos e Amazônia legal. **10.4.3.1.** Órgão executor – IBAMA. **10.4.3.2.** Órgãos Setoriais. **10.4.3.3.** Órgãos Seccionais e Órgãos locais. **10.4.4.** Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). **10.5.** Licenciamento Ambiental. **10.5.1.** Sistema de Licenciamento. **10.5.2.** Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). **10.5.3.** Outorgas das Licenças. **10.5.4.** Licença Ambiental para fins específicos. **10.6.** Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. **10.6.1.** Conceito jurídico de impacto ambiental. **10.6.2.** Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. **10.6.3.** O EIA na legislação nacional. **10.6.4.** Competência Legislativa sobre o EIA. **10.6.5.** Competência para exigir o EIA. **10.6.5.1.** Estados e Municípios. **10.6.6.** Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. **10.6.6.1.** Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. **10.6.6.2.** As licitações e o EIA. **10.7.** Conceito de Zoneamento Ambiental. **10.7.1.** Finalidade. **10.7.2.** Natureza jurídica. **10.7.3.** Zoneamento Ambiental Urbano. **10.7.4.** Zonas de Uso Industrial – ZUI. **10.7.5.** Zonas de Uso Estritamente Industrial – ZUEI. **10.7.6.** Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI. **10.7.7.** Zona de Uso Diversificado – ZUD. **10.7.8.** Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. **10.8.** O Dano Ambiental. **10.8.1.** Apuração do Dano Ambiental. **10.8.2.** Reparação do Dano Ambiental. **10.8.3.** Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. **10.8.4.** Infrações Administrativas Ambientais. **10.8.5.** Sanções para as infrações administrativas ambientais. **10.8.6.** O Poder de Polícia e Direito Ambiental. **10.9.** Meios processuais para a defesa ambiental. **10.9.1.** Ação Popular. **10.9.2.** Ação Civil Pública (Lei 7.347/85). **10.9.3.** Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. **10.9.4.** Legitimidade ativa. **10.9.5.** Mandado de Segurança Coletivo. **10.9.6.** Desapropriação. **10.9.7.** Tombamento. **10.9.8.** A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. **10.9.9.** A tutela de urgência no direito ambiental. **10.9.10.** O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. **10.10.** Crimes contra o meio ambiente (Lei 9.605/98 e Decreto 3.178/99). **10.10.1.** Responsabilidade penal

ambiental. **10.10.2.** Responsabilidade penal da pessoa jurídica. **10.10.3.** Ação e processo penal. **10.10.4.** Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. **10.10.5.** Crimes contra a fauna. **10.10.6.** Crimes contra a flora. **10.10.7.** Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. **10.10.8.** Crimes de poluição. **10.11.** O Direito Ambiental Internacional. **10.11.1.** Conceito. **10.11.2.** Fontes do Direito ambiental internacional. **10.11.3.** Princípios gerais do direito ambiental internacional. **10.11.4.** MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. **10.11.5.** Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. **10.11.6.** As Organizações Não-Governamentais. ONGs. **10.12.** Conceito de Poluição. **10.12.1.** Poluição das Águas. **10.12.2.** Poluição Atmosférica. **10.12.3.** Poluição por resíduos sólidos. **10.12.4.** Poluição por rejeitos perigosos. **10.12.5.** Poluição por agrotóxicos. **10.12.6.** Poluição sonora. **10.13.** Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. **10.14.** Mudança do Clima e Mercado de Carbono.

11. DIREITO DO CONSUMIDOR:

11.1. Do Código de Defesa do Consumidor. **11.2.** Dos direitos do consumidor. **11.3.** Das disposições gerais. **11.4.** Dos direitos básicos do consumidor. **11.5.** Da qualidade de produtos e serviços. **11.6.** Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança. **11.7.** Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. **11.8.** Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. **11.9.** Da decadência e da prescrição. **11.10.** Da desconsideração da personalidade jurídica. **11.11.** Das práticas comerciais (das disposições gerais). **11.12.** Da oferta. **11.13.** Da publicidade. **11.14.** Das práticas abusivas **11.15.** Da cobrança de dívidas. **11.16.** Da proteção contratual: disposições gerais. **11.17.** Das cláusulas abusivas. **11.18.** Dos contratos de adesão. **11.19.** Da defesa do consumidor em juízo. **11.19.1.** Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas à defesa do consumidor em juízo. **11.19.2.** Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. **11.19.3.** Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. **11.19. 4.** Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. **11.19.5.** Da sentença. **11.19.6.** Da coisa julgada. **11.19.7** Da liquidação da sentença coletiva. **11.19.8** Do cumprimento da sentença. **11.19.09.** Noção de verossimilhança e hipossuficiência para facilitação da defesa em juízo dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova. **11.20.** Sanções administrativas e penais: Da competência concorrente. **11.20.1.** Da multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. **11.21.** Da Contrapropaganda **11.22.** O sistema nacional de defesa do consumidor: A política nacional de relações de consumo, o SNDC, o Procon estadual e municipal. **11.23.** Os juizados especiais cíveis.

12. INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

12.1. Interesses difusos e coletivos: Origem Histórica e evolução. Tutela Jurisdicional dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos. **12.2.** Interesse público e interesse privado. **12.3.** Interesse primário e interesse secundário. **12.4.** Interesses difusos. **12.5.** Interesses coletivos. **12.6.** Interesses individuais homogêneos. **12.7.** Interesses transindividuais e sua tutela coletiva. **12.8.** A tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos. **12.8.1** Competência. **12.8.2.** Legitimação: ordinária e extraordinária. **12.8.3.** Legitimação ativa e legitimação passiva. **12.8.4.** Litisconsórcio e assistência. **12.8.5.** Conexão, continência e litispendência. **12.8.6.** Liminares e recursos. **12.8.7.** A imposição de multas. **12.8.8.** Fundo para reconstituição do bem lesado: fundos federais, fundos estaduais, receitas do fundo, finalidades do fundo, a reparação das lesões individuais. **12.8.9.** Sentença. **12.8.10.** Desistência e renúncia do recurso. **12.8.10.1.** Efeitos. **12.8.10.2.** Desistência

pelo Ministério Público. **12.8.11.3.** Oitiva do Conselho Superior do Ministério Público. **12.8.12.** Coisa julgada na ação coletiva. **12.8.12.1** A coisa julgada coletiva e as ações individuais. **12.9.** Responsabilidade pelas custas, honorários advocatícios e demais encargos da sucumbência. **12.10.** Liquidação da sentença. **12.10.1** Legitimados para a liquidação. **12.10.2.** Escolha do foro pelo lesado individual. **12.13.** Responsabilidade e culpa. **12.14.** Prescrição e decadência. **12.15.** A atuação do Ministério Público no processo civil fundado na defesa dos interesses difusos e coletivos, e limites de atuação. **12.15.1.** Responsabilidade dos membros do Ministério Público. **12.16.** A proteção legal ao meio ambiente. **12.17.** A proteção às coisas e aos animais. **12.18.** A legitimação para a ação ambiental. **12.19.** A proteção ao patrimônio cultural e ao patrimônio público e social. **12.20.** Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (decreto-lei nº 25, de 30.11.1937). **12.21.** A competência. **12.22.** A defesa das pessoas portadoras de deficiência. **12.23.** A ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente. **12.24.** Da defesa dos investidores no mercado imobiliário. **12.25.** A Defesa da ordem econômica e da economia popular. **12.26.** A defesa das pessoas idosas. **12.27.** A defesa da ordem urbanística. **12.28.** O inquérito civil. **12.28.1.** Generalidades. **12.28.2.** Competência e objeto. **12.28.3.** Instrução. **12.28.4.** Arquivamento e controle. **12.28.5.** Efeitos do arquivamento do inquérito civil. **12.28.6.** Recursos no inquérito civil. **12.28.7.** Compromissos de ajustamento.

13. JUIZADOS ESPECIAIS

13.1. Das atribuições dos Juizados Especiais Cíveis. **13.2.** Dos princípios processuais: Da oralidade. Da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. **13.2.1.** Princípio da instrumentalidade das formas. **13.3.** Da auto composição (conciliação e transação). **13.4.** Da competência *rationae materiae* e *rationae loci*. **13.4.1.** Competência absoluta ou relativa. **13.4.2.** Da opção pelo procedimento especial sumaríssimo dos Juizados e a renúncia ao crédito excedente. **13.4.3.** Da composição dos Juizados e da competência em face da Lei Estadual 1.071/90. **13.4.3.1.** Competência dos Juizados Especiais Cíveis em Mato Grosso do Sul (Resolução nº 221, de 1º de setembro de 1994 e suas alterações, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul). **13.4.4.** Dos conflitos de competência. **13.5.** Da complexidade da causa. **13.6.** Do valor da causa. **13.6.1.** Da impugnação ao valor da causa. **13.6.2.** O princípio da livre valoração. **13.7.** Do Juiz, dos conciliadores e dos Juízes leigos. **13.7.1.** Poderes do Juiz e o princípio dispositivo. **13.7.2.** Da valoração das provas e do direito baseada em regras de experiência comum ou técnica. **13.7.3.** A decisão justa e equânime. **13.7.4.** Dos conciliadores e Juízes Leigos. **13.7.5.** Do impedimento para o exercício da advocacia. **13.8.** Das partes. **13.8.1.** Da exclusão das pessoas jurídicas do pólo ativo da relação processual. **13.8.2.** As pessoas sem personalidade jurídica. **13.8.3.** A micro-empresa. **13.8.4.** Pedido contraposto por pessoa jurídica. **13.8.5.** A exclusão das pessoas naturais cessionárias de pessoas jurídicas. **13.9.** Da assistência facultativa do advogado. **13.9.1.** Hipóteses em que a intervenção do advogado é obrigatória. **13.9.2.** A intervenção do advogado em segundo grau de jurisdição. **13.9.3.** Da representação da pessoa jurídica por preposto credenciado. **13.10.** Da inadmissibilidade da intervenção de terceiro e da assistência. **13.11.** Do litisconsórcio. **13.12.** Da intervenção do Ministério Público. **13.13.** Dos atos processuais. **13.13.1.** Atos das partes. **13.13.2.** Atos do juiz. **13.13.3.** Atos do conciliador e do Juiz leigo. **13.14.** Do tempo e do lugar dos atos processuais. **13.14.1.** Dos atos processuais em comarcas distintas. **13.14.2.** Do registro dos atos processuais. **13.15.** Da propositura da ação. **13.15.1.** Requisitos do pedido inicial e determinação de emenda pelo juiz. **13.15.2.**

Da modificação do pedido ou da causa de pedir. **13.15.3.** Pedido inicial e fato superveniente. **13.15.4.** Qualificação das partes. **13.15.5.** Causa de pedir. **13.15.6.** Pedido e valor da causa. **13.15.7** Das provas e seu requerimento. **13.15.8.** Pedido genérico. **13.15.9** Requerimento Oral. **13.15.10.** Cumulatividade e alternatividade dos pedidos. **13.16.** Da citação e suas modalidades. **13.17.** Do comparecimento espontâneo do réu. **13.18.** Das intimações e contagem dos prazos. **13.19.** Da ciência dos atos praticados em audiência. **13.20.** Da mudança de endereço e seus efeitos. **13.21.** Da revelia e seus efeitos. **13.21.1.** Efeitos decorrentes do não comparecimento do réu em audiência. **13.22.** Da conciliação e do Juízo arbitral. **13.22.1.** Das atividades conciliatórias. **13.22.2.** Da presidência dos trabalhos. **13.22.3.** Da homologação do acordo. **13.23.** Do julgamento antecipado em face da revelia. **13.24.** Da opção pela arbitragem. **13.24.1.** Da instauração da arbitragem. **13.24.2.** Da escolha do árbitro. **13.24.3.** Dos critérios para a condução da arbitragem. **13.24.4.** Da entrega do laudo arbitral e sua homologação por sentença irrecorrível. **13.24.5.** Nulidades do laudo arbitral e recusa judicial à homologação. **13.25.** Da audiência de conciliação, instrução e julgamento. **13.25.1.** Pedido contraposto e momento para oferecimento da resposta. **13.25.2.** Das atividades instrutórias. **13.25.3.** Momento processual oportuno para a decisão das questões incidentes. **13.25.4.** Das questões a serem objeto de conhecimento na sentença. **13.25.5.** Da juntada de documentos e da manifestação sobre eles. **13.26.** Da resposta do réu. **13.26.1.** Do prazo. **13.26.2.** Do conteúdo. **13.26.3.** Das exceções. **13.26.4.** Da proibição de reconvir. **13.26.5.** Do pedido contraposto e suas diferenças em relação à reconvenção. **13.26.6** Da manifestação oportuna do autor sobre a resposta do réu. **13.27.** Das provas. **13.27.1.** Meios probatórios e sua admissibilidade. **13.27.2.** Tipos de prova. **13.27.3.** Momento processual oportuno à produção de provas. **13.28.** Poderes instrutórios do Juiz. **13.28.1.** Limitação ao número de testemunhas. **13.28.2.** Comparecimento das testemunhas. **13.28.3.** Prazo para a apresentação do pedido de intimação das testemunhas. **13.29.** Complexidade da matéria e prova técnica. **13.29.1.** Da realização da prova técnica. **13.29.2.** Da inspeção judicial. **13.30.** Dos termos em audiência e seu registro. **13.31.** Da sentença. **13.31.1.** Conteúdo. **13.31.2.** Liquidez. **13.31.3.** Hipóteses de extinção do processo sem a resolução do mérito. **13.32.** Coisa Julgada. **13.32.1.** Eficácia. **13.32.2.** A sentença e as prestações periódicas de trato sucessivo. **13.33.** Limite de alçada ultrapassado em face da incidência dos juros e correção monetária. **13.34.** Sucumbência. **13.35.** Pena pecuniária pela litigância de má-fé ou ato atentatório à dignidade da justiça. **13.35.1.** Fixação de *astreintes*. **13.36.** Sentença proferida por juiz instrutor (juiz leigo). **13.37.** Recursos e meios de impugnação. **13.38.** Dos embargos de declaração. **13.38.1.** Da apelação. **13.38.2.** Do pedido de reconsideração. **13.38.3.** Prazo para a interposição dos recursos. **13.38.4.** Preparo e deserção. **13.38.5.** Resposta ao recurso. **13.38.6.** Efeitos decorrentes do recebimento do recurso. **13.39.** Transcrição das fitas magnéticas. **13.40.** Das Turmas Recursais. **13.40.1.** Composição das Turmas Recursais em Mato Grosso do Sul e sua competência, segundo a Lei Estadual 1.071/90. **13.41.** Recurso Extraordinário e seus requisitos. **13.42.** Liquidação da sentença. **13.43.** Cumprimento da sentença. **13.43.1.** Sentença condenatória ao pagamento de quantia certa. **13.43.1.1.** Procedimento. **13.43.2.** Sentença condenatória na obrigação de fazer, não fazer, entrega de coisa certa ou incerta. **13.43.2.2.** procedimento. **13.44.** A Execução por Título Extrajudicial. **13.44.1.** Procedimento. **13.44.2.** Inexistência de bens penhoráveis e seus efeitos. **13.44.3.** Penhora. Bens penhoráveis e impenhoráveis. **13.44.4.** Momento para oferecimento dos embargos. **13.44.5.** Decisão. **13.44.6.** Recursos cabíveis e prazos. **13.45** Os embargos de declaração. A apelação. Outros meios de impugnação. **13.46.** A expropriação de bens. **13.47.** Da composição judicial amigável e da adjudicação. **13.48.** Aplicação subsidiária das normas que regem o processo de execução, modificada pela Lei 11.382/05. **13.49.** Das despesas processuais em grau de

recurso. **13.50.** A inexistência de sucumbência em primeiro grau de jurisdição. **13.50.1.** A sucumbência em grau recursal. **13.50.2.** Das despesas e honorários no processo de execução. **13.51.** Das curadorias e assistência judiciária. **13.52.** Da validade jurídica do acordo extrajudicial. **13.53.** Da extensão das hipóteses de conciliação. **13.54.** Do cabimento do mandado de segurança ou do *habeas corpus*. **13.55.** As peculiaridades do procedimento nos Juizados Especiais Cíveis em Mato Grosso do Sul, em razão da Lei Estadual 1.071/90. **13.56.** Enunciados do FONAJE (Fórum Nacional dos Juizados Especiais) sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. **13.57.** Dos Juizados Especiais Criminais. **13.57.1.** Composição. **13.57.2.** Da competência. **13.57.3.** Dos atos processuais. **13.57.4.** Do procedimento no Juizado de Plantão (fase preliminar). **13.57.5.** Da audiência preliminar. **13.57.6.** Da composição dos danos. **13.58.** Do Procedimento Sumaríssimo. **13.58.1.** Da citação. **13.58.2.** Da defesa e do momento para sua apresentação. **13.59.** Da Audiência de instrução e julgamento. **13.59.1.** Da transação. **13.59.2.** Da instrução. **13.59.3.** Da suspensão do processo por proposição do Ministério Público. **13.60.** Da sentença. **13.61.** Dos Recursos. **13.62.** Da execução da sentença. **13.63.** Do arbitramento do valor do dano. **13.64.** Dos Juizados Especiais Adjuntos. **13.65.** Das Turmas Recursais Cíveis e Criminais. Composição. **13.66.** Competência das Turmas Recursais Cíveis. **13.66.1.** Competência das Turmas Recursais Criminais. **13.67.** Do incidente de Uniformização de Jurisprudência. **13.68.** Do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais em Mato Grosso do Sul. **13.68.1.** Da composição. **13.68.2.** Da competência.

Campo Grande, MS, 19 de março de 2008.

Desembargador Ildeu de Souza Campos
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso

Desembargador Gilberto da Silva Castro
Representante do Tribunal Pleno

Desembargador Oswaldo Rodrigues de Melo
Representante do Conselho Superior da Magistratura

Doutor Ary Raghiant Neto
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

ANEXO I

Modelo de formulário para a interposição de recurso contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, contra o resultado provisório da solicitação de inscrição definitiva e contra o resultado provisório nas provas discursivas e na avaliação de títulos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

CAPA DE RECURSO

À Comissão Organizadora.

Como candidato ao cargo de Juiz Substituto, solicito revisão:

- contra o indeferimento da inscrição preliminar;
- contra a questão nº _____, da prova objetiva e do gabarito oficial;
- contra o resultado provisório da solicitação de inscrição definitiva;
- contra o resultado provisório na prova discursiva I;
- contra o resultado provisório na prova discursiva II;
- contra o resultado provisório na prova discursiva III;
- contra o resultado provisório na avaliação de títulos;
- contra a classificação final.

_____, _____ de _____ de 2008.

Assinatura do Candidato _____

Nome: _____

Número de inscrição: _____

INSTRUÇÕES

O candidato deverá:

- datilografar ou digitar o recurso de acordo com as especificações estabelecidas neste edital;
- usar formulário de recurso individual para cada questão/item;
- identificar-se apenas na capa do recurso;
- apresentar argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO
CRONOGRAMA OPERACIONAL

Evento	Data
Período de Inscrição	03/03 a 07/04/2008
Divulgação dos locais da prova objetiva	22/04
Aplicação da prova objetiva	04/05
Divulgação do Gabarito preliminar	05/05
Prazo para recursos da prova objetiva	06/05 a 08/05
Resultado final da prova objetiva	27/05
Inscrição definitiva	28/05 a 06/06
Exame da documentação	10 a 20/06
Resultado preliminar da inscrição definitiva	24/06
Prazo para recursos da inscrição definitiva	25 a 27/06
Exame dos recursos	02 a 18/07
Resultado final da inscrição definitiva/ convoc. provas disc.	21/07
Aplicação da prova discursiva I	01/08
Aplicação da prova discursiva II	02/08
Aplicação da prova discursiva III	03/08
Resultado preliminar das provas discursivas	02/09
Prazo para recursos das provas discursivas	03 a 05/09
Resultado final das provas discursivas	23/09
Investigação sobre os candidatos	Tribunal de Justiça
Entrevista e Prova Oral	Tribunal de Justiça
Resultado final da Prova Oral	Tribunal de Justiça
Prazo para a entrega dos títulos	FGV
Resultado preliminar da prova de títulos	FGV
Prazo para recursos da prova de títulos	FGV
Exame dos recursos da prova de títulos	FGV
Resultado final dos recursos da prova de títulos	FGV
Resultado final do Concurso	FGV